

# Um balanço das Relações Brasileiro-Paraguaias nos Governos Lula/Dilma (2003-2012)

Tomaz Espósito Neto  
Orlando Fernandes de Paula

**Como citar:** ESPÓSITO NETO, T.; PAULA, O. F. D. Um balanço das Relações Brasileiro-Paraguaias nos Governos Lula/Dilma (2003-2012). *In* : THOMAZ, L. F.; MATHIAS, S. K.; OLIVEIRA, M. F. D. (org.). **Diálogos sul-americanos** : 10 anos da política exterior. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.211-245. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-594-0.p211-245>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## CAPÍTULO 8

# UM BALANÇO DAS RELAÇÕES BRASILEIRO-PARAGUAIAS NOS GOVERNOS LULA/DILMA (2003-2012)

*Tomaz Espósito Neto*  
*Orlando Fernandes de Paula*

Nos últimos dez anos, as relações brasileiro-paraguaias entraram em voga nos debates políticos, econômicos e acadêmicos. Atualmente, a pauta da agenda política bilateral é extensa, passa por, desde temas comerciais, como a proteção de investimentos privados, até os assuntos de saúde pública, como o combate conjunto à epidemia de dengue.

Apesar da crescente importância mútua, grande parte dos “analistas” e “estudiosos” continua a fundamentar suas análises em preconceitos e de estereótipos ultrapassados.

De um lado, os formadores de opinião paraguaios acusam o Estado brasileiro de “(sub)imperialismo”<sup>1</sup>, o qual procura perpetuar as mazelas econômicas e sociais do “povo guarani” (CANESE, 2008).

---

<sup>1</sup>De acordo com Chiavenatto (1980, p. 140), o projeto de Itaipu seguiu os ditames da política norte-americana para o continente. “O crescimento brasileiro como força subimperialista foi estimulado pelos próprios norte-americanos: sem esse aval não seria possível ao Brasil assumir a liderança latino-americana [...] o Brasil como testa-de-ferro do imperialismo norte-americano [...]”.

De outro, as análises brasileiras, por sua vez, se dividem em dois polos antagônicos. O primeiro indica a necessidade de o Brasil exercer uma política de “liderança solidária” em relação aos países menores (SEITENFUS, 2008). De acordo com esse ponto de vista, o Estado brasileiro tem a responsabilidade de promover o desenvolvimento econômico-social e reduzir as assimetrias entre os países pelo fato de ter o maior peso relativo da região.

A outra perspectiva apresenta a relação brasileiro-paraguaia como uma faceta de uma “diplomacia companheira” que, em nome de afinidades ideológicas, contraria e ameaça os interesses brasileiros permanentes (ALMEIDA, 2005; ALMEIDA, 2012; RICUPERO, 2010). Essas denominações pouco contribuem para os estudos das relações exteriores brasileiras. Mais ainda, além de erráticas, conduzem a conclusões equivocadas, que, frequentemente, reproduzem imagens distorcidas das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai.

O escopo principal da presente obra é apresentar um panorama das relações brasileiro-paraguaias entre 2003 e 2012. Com isso, objetiva-se caracterizar e analisar as relações entre Assunção e Brasília nesse período. Trabalha-se com a hipótese de que, a despeito das divergências no campo energético (2008-2009), o perfil das relações entre Brasil e Paraguai se alterou. Existiu um perceptível fortalecimento da cooperação bilateral, que passou a abranger os mais diversos campos. Essa aproximação, benéfica para ambos os Estados, foi fruto muito mais de uma convergência de interesses do que de posturas ideológicas. Não se nega a relevância das afinidades políticas, mas estas têm importância relativizada. Enfatizam-se os aspectos materiais dessas relações.

Muitos dos resultados auferidos são frutos de realizações de gestões anteriores, com muitas ações não alcançando os resultados esperados. Mais ainda, os recentes problemas políticos paraguaios, iniciados com o *impeachment* do Presidente Fernando Lugo, em 2012, podem colocar em risco esse “novo” momento nas relações bilaterais.

As principais causas dessa (re)aproximação recente foram: (i) a atuação mais assertiva da diplomacia brasileira na América do Sul. O Brasil

procurou exercer o papel de *paymaster*<sup>2</sup>, ou seja, de indutor do desenvolvimento econômico na região, e aprofundou as relações bilaterais com países sul-americanos. Na esteira das políticas governamentais e da melhora na situação econômica, permitiu que investidores brasileiros identificassem e aproveitassem as oportunidades no Paraguai; (ii) a necessidade do Paraguai de financiamento e investimento externo para alavancar o seu crescimento econômico; (iii) por fim, a convergência de interesses dos governos brasileiro e paraguaio, que elegeram a integração regional como prioridade de sua agenda externa.

Empregou-se o método histórico-descritivo para a elaboração do texto, que foi subsidiada pelo exame de obras bibliográficas selecionadas, de dados estatísticos e de documentos oficiais brasileiros. O recorte temporal escolhido coincide com a administração Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011-actual), no Brasil, e os governos Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e Fernando Lugo (2008-2012) no Paraguai. Esse período marca a transição das elites governantes nos dois países, pois alguns desses Chefes de Estado, como Lula e Lugo, possuem históricos vínculos com movimentos políticos e sociais, caracterizados de “esquerda” nos seus respectivos países.

Além da introdução e das considerações finais, o texto está dividido em três partes: a primeira parte faz uma sucinta descrição da política externa brasileira dessa época; a segunda parte trata das relações brasileiro-paraguaias entre 2003 e 2008, durante o primeiro mandato do Presidente Lula e a administração Nicanor Duarte Frutos. Esse momento corresponde ao início de uma aproximação no âmbito bilateral; a terceira corres-

---

<sup>2</sup> O conceito de *paymaster* envolve a ideia de integração regional. Para Mattli, a integração depende de algumas condições para que obtenha sucesso. A demanda decorrente das trocas comerciais sugere a criação de instituições e normas que contemplem os interesses dos Estados. Por outro lado, cabem as lideranças políticas o papel de ofertar a contemplação de tais interesses com a institucionalização do processo. Nesse sentido, deve haver um Estado que arque com os custos da integração, o Estado *paymaster* (MATTLI, 1999). Segundo Mariano e Ramazini Jr., os custos não se limitam apenas aos custos financeiros, mas, “[...] essencialmente aos custos políticos e institucionais resultantes da criação de uma nova estrutura regional de governança.” (MARIANO; RAMAZINI JR., 2012, p. 30). Muitos autores afirmam que, ainda que o FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul) tivesse sido criado, em 2005, e o BNDES tenha alavancado investimentos para a infraestrutura na região, o Brasil não atua como *paymaster*, pois hesita em aprofundar o processo de institucionalização da integração. Isso se deve, entre outros motivos, à tradição do Itamaraty em imprimir na política externa o princípio da autonomia. No caso do Estado *paymaster*, é necessário que se aceite a diminuição da autonomia estatal em prol das instituições regionais (MARIANO; RAMAZINI JR., 2012). “Na ausência desse líder, não há coordenação e, sem ela, o processo de integração não avança devido ao acúmulo de insatisfações.” (MALLMANN, 2013, p. 366).

ponde ao período da administração Fernando Lugo frente à Presidência do Paraguai. Nessa ocasião, as relações brasileiro-paraguaias passaram por uma reavaliação, causada pelo impasse sobre as renegociações dos termos de Itaipu e pela questão dos “brasiguaios”<sup>3</sup>, e de reformulação das bases das relações bilaterais; a quarta parte examina o processo de impeachment de Fernando Lugo, percebida pelo governo brasileiro como “Golpe Parlamentar” (PATRIOTA, 2012).

### **UMA SUCINTA DISCUSSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DOS GOVERNOS LULA/DILMA (2003-2012)**

Logo após assumir a Presidência da República, a administração Lula mudou o enfoque da política externa brasileira. A ação diplomática passou a enfatizar principalmente a Cooperação Sul-Sul (LIMA, 2005a), o estabelecimento de “parcerias estratégicas”<sup>4</sup> com países emergentes (LESSA, 2010), a ação multilateral mais assertiva, com foco na temática social (combate à fome, redução das desigualdades, entre outros) (PENNA FILHO, 2006) e a luta pela reforma das estruturas de poder mundial, como o Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (ARRAES, 2006). Segundo Paulo Roberto de Almeida (2004), a política externa do governo Lula configurou-se ativa e engajada.

Maria Regina Soares de Lima (2005b) apresenta a não indiferença, o pragmatismo e a autonomia como vetores da ação internacional brasileira desse período. Conforme Pecequillo (2008), a política externa, para atingir seus objetivos, conseguiu combinar três grandes eixos: as relações com potências com maior poder relativo (como os Estados Unidos); as relações com Estados de mesmo poder relativo (como a Índia); e, por fim, as relações com Estados com menor desenvolvimento relativo (como o Paraguai).

Ao caracterizar a política externa do governo Lula, Miyamoto descreve que sua diplomacia teve:

[...] atuação centrada na figura do Presidente da República como elemento de projeção dos interesses nacionais; a busca por um lugar de

<sup>3</sup> Os cidadãos brasileiros que vivem no Paraguai são conhecidos como “Brasiguaios”.

<sup>4</sup> Apesar dos esforços de pesquisadores, como Rogério de Souza Farias (2013) e Danielly Silva Ramos Becard (2013), de conceituar a categoria “parceria estratégica”, o autor não encontrou uma definição precisa sobre o termo “parcerias estratégicas”.

realce no contexto internacional a qualquer preço; demanda por cargos onde considera que as decisões mundiais efetivamente se dão, ou seja, no âmbito das grandes organizações internacionais como a ONU, OMC, OIT e o BID; a tentativa de consolidar-se como líder regional, dando importância, portanto, ao relacionamento com seus vizinhos, em termos bilaterais, e à integração sul-americana como o IIRSA; ênfase nas relações com os países em desenvolvimento, mormente com o diálogo Sul-Sul, procurando construir uma frente capaz de opor-se aos grandes Estados, embora mantenha estreito contato com esses últimos; alianças e formações de grupos com países geográfica, política e ideologicamente variados, de acordo com as circunstâncias e interesses específicos, como o G20; relacionamento forte com os ditos emergentes, por exemplo, via G-3, G-4, BRICS, etc.; participação constante nos debates sobre os grandes temas da agenda global, principalmente daqueles assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento nacional, relacionados com o meio ambiente, pobreza, recursos energéticos e com os protecionismos; tentativa de mostrar capacidade como agente intermediador de conflitos e de resolução de problemas que afetam outros países, daí a forte presença em cenários como o Haiti (antes e pós-terremoto), mas sofrendo ressalvas de outros como Israel que não lhe outorga procuração para atuar como “juiz” do Oriente Médio; retórica permanente para resolver os problemas mundiais e exigindo uma ordem mais justa; modernização e reforço do setor militar, com a versão mais elaborada do documento sobre *Política de Defesa Nacional* (2005) e da *Estratégia Nacional de Defesa* (2008). (MIYAMOTO, 2011, p. 21).

Uma parte da literatura brasileira de relações internacionais denominou essa estratégia de “Autonomia pela Diversificação” (CEPALUNI; VIGEVANI, 2007). Já Cervo (2008) denomina essa “nova” forma de inserção de “Estado Logístico”.

Nesse sentido, o governo brasileiro buscou atuar no plano externo de maneira propositiva em fóruns e mecanismos inter-regionais. Podem-se destacar a aproximação do Brasil com a União Africana, que resultou na criação da Cúpula América do Sul – África (ASA), em 2006; o aprofundamento das relações entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); a participação ativa no Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL) e na Cúpula América Latina e Caribe (CALC); a formação da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) em 2005; entre outras.

No âmbito regional, a política externa de Lula priorizou a América do Sul. A região transformou-se na principal frente da ação externa do governo Lula e “[...] a ideia de construção de uma unidade política, econômica e de segurança na América do Sul alçou seu nível máximo das preocupações.” (CERVO, 2006, p. 27).

Assim, em troca do consentimento dos demais países sul-americanos, o Brasil adotou um discurso no qual assumia o papel de *paymaster* regional, ou seja, o Estado brasileiro auxiliaria diretamente o desenvolvimento econômico e social dos países vizinhos com obras, financiamentos, investimentos, projetos de cooperação, entre outras iniciativas. Aliás, o chanceler Celso Amorim defendeu a constituição de um “*new deal*” para os países da região (FOLHA DE S. PAULO, 2006).

Uma das consequências dessa “nova” política externa é a expansão quantitativa e qualitativa dos projetos de cooperação brasileira no continente sul-americano, a qual envolveu, além do Itamaraty, diversos ministérios, como o Ministério da Defesa e o da Saúde, empresas estatais, como a Petrobrás e a Eletrobrás, e entidades, como a Embrapa e o IPEA (PINHEIRO; MILANI, 2012). O país deixou de ser receptor para se tornar um fornecedor de cooperação internacional (CORDEIRO, 2012; IPEA, 2010).

No entanto, não se pode dizer que esse foi um momento totalmente novo na política externa brasileira. Moniz Bandeira afirma que a ênfase na América do Sul por parte da diplomacia brasileira não é novidade, pois o Brasil sempre viu a região como seu espaço natural de influência, contrapondo ao conceito de América Latina, que seria o espaço de influência dos Estados Unidos<sup>5</sup> (BANDEIRA, 2009). Ademais, muitas das iniciativas, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em 2000, tiveram origem no final da gestão Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e foram aprofundadas pelas gestões posteriores.

Com a ascensão de Dilma Rousseff à Presidência do Brasil, as diretrizes da política externa do governo anterior permaneceram. Alguns autores de diferentes visões políticas, como Miriam Saraiva e Marcelo

---

<sup>5</sup> Nesse sentido, Moniz Bandeira explica que o conceito de América Latina remete à México, América Central e Caribe, como esfera de influência dos Estados Unidos.

Valença (2011) e Paulo Roberto de Almeida (2005, 2012), afirmam que o governo Dilma (2010-atual) manteve os eixos da inserção internacional anterior. Entretanto, percebe-se que existe uma mudança na maneira da condução da política externa, muito em virtude do perfil da atual Chefe de Estado e do Ministro das Relações Exteriores.

Durante as administrações Lula e Dilma, as autoridades de Brasília sublinharam a importância da América do Sul para a inserção internacional brasileira (AMORIM, 2011 [2005]; SIMÕES, 2012; GARCIA, 2008).

O principal objetivo brasileiro era, e ainda é, construir uma zona de influência brasileira na América do Sul e, conseqüentemente, reduzir a presença das demais grandes potências na região (AMORIM, 2011 [2004], p. 259-260). Na retórica oficial, o Brasil afirmou que não possuía ambições “hegemônicas”. Desejava, entretanto, construir uma “liderança” positiva e solidária no âmbito regional, capaz de projetar o país e a região na “terra de Gigantes” (AMORIM, 2011; GUIMARÃES, 2006).

As críticas principais à política externa brasileira da última década centraram-se nos seguintes aspectos: na “ideologização” da diplomacia brasileira; na grandiloquência no discurso oficial e na escassez de resultados concretos; no mito da liderança regional; falta de pragmatismo e na relativização de valores, como Direitos Humanos e Democracia, na diplomacia brasileira (ALMEIDA, 2005, 2010; BUENO, 2010; LAMPREIA, 2011; RICUPERO, 2010).

Para Clodoaldo Bueno, a política externa de Lula atuou na América do Sul sob uma visão idealista. O romantismo e as concessões em benefício das pretensões de liderança prevaleceram sobre o enfrentamento da dura realidade das relações internacionais. A pretensão de ser líder na América do Sul não corresponde à realidade, pois o Brasil, além de não conhecer seus vizinhos, não é reconhecido por eles (BUENO, 2010, p. 27).

A “ideologização” da política externa brasileira, de acordo com os críticos, seria a subordinação dos interesses nacionais permanentes do Estado brasileiro aos objetivos, às posições e às simpatias partidárias dos governos petistas (ALMEIDA, 2005, 2012; BUENO, 2010). Os principais exemplos, indicados por essa bibliografia, são a “nacionalização” do



gás na Bolívia, em 2006; o caso Zelaya em Honduras em 2009; e o contencioso de Itaipu com o Paraguai, em 2008-2009.

Outra face dessa política externa “engajada” é a quebra de uma tradição de não interferência em assuntos internos de outros Estados, pois a diplomacia brasileira passou a imiscuir-se na vida política interna dos países vizinhos, o que seria uma quebra das principais tradições da diplomacia brasileira (ALMEIDA, 2004; LAMPREIA, 2011).

O Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais (AEPRAI), senhor Marco Aurélio Garcia, é o alvo principal dos críticos, pois, além de ser considerado o principal “ideólogo” do Partido dos Trabalhadores (PT), conduz uma “diplomacia paralela”, a qual é permeada por uma percepção estruturalista de esquerda, recheada de uma retórica “terceiro-mundista”. As ações de Garcia geram, segundo os seus opositores, uma série de problemas na interlocução com os países vizinhos (RICUPERO, 2010).

Outras críticas enfatizam a falta de resultados concretos, tais como benefícios econômicos, da atual política internacional do Brasil, apesar do discurso “grandiloquente” oficial e do uso “extensivo” do carisma pessoal do Presidente Lula. Os sucessos da atual administração devem-se muito mais a uma conjuntura internacional favorável, em especial os “bons ventos” da economia mundial, do que pela ação dos atuais governantes (RICUPERO, 2010; LAMPREIA, 2011).

Celso Lafer (2013) critica duramente a “flexibilização” de valores, como direitos humanos e democracia, conforme a ideologia política dos governantes de um Estado. Isso gera uma série de contradições e incoerências nas ações brasileiras, pois causam graves prejuízos ao *soft power* e à credibilidade internacional do Brasil. Os exemplos mais citados são as aproximações do Brasil com Cuba e Venezuela.

Percebe-se, portanto, que o estudo do papel da América do Sul na política externa brasileira recente é necessário para a compreensão do estudo das relações brasileiro-paraguaias dos últimos anos.

## AS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI DE 2003-2008: O INÍCIO DE UMA (RE) APROXIMAÇÃO

Em abril de 2003, Nicanor Duarte Frutos, candidato do Partido Colorado, foi eleito Presidente do Paraguai. O objetivo principal de Duarte Frutos era superar a instabilidade política herdada de outras administrações, cujos capítulos mais tensos foram o assassinato do então Vice-Presidente Luis María Argaña, em 1999, e a tentativa de Golpe de Estado, capitaneado pelo General Lino Oviedo, em 2000. As diversas lideranças políticas paraguaias, em especial do Partido Colorado, se digladiavam, de forma intestinal, pelo poder, o que ameaçou o bom funcionamento das instituições democráticas paraguaias.

O conturbado cenário político era agravado pela insensibilidade social de uma parte da elite, pela precária infraestrutura socioeconômica e pela corrupção das mais diversas instâncias do Estado paraguaio (BRITTEZ; CABALLERO, 2010). Ainda nos dias atuais, a organização não governamental Transparência Internacional classifica o Paraguai como um dos países mais corruptos do mundo (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2013). No período da presidência de Nicanor Duarte Frutos (2003 – 2008), aconteceu uma expansão da violência, ligadas ao crime organizado, especialmente ao narcotráfico e ao contrabando, e ao Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), grupo revolucionário marxista-leninista que defende a derrubada, pela via armada, do Estado oligárquico paraguaio (RICHER, 2012, p. 9).

Diante desse quadro, a administração Duarte Frutos buscou construir um governo de “Concertação Política” e de compromisso democrático. Para tanto, buscou no exterior, em especial no Brasil, os financiamentos e os investimentos necessários para a expansão da economia paraguaia e para manutenção da base de apoio política. A gestão Duarte Frutos, no entanto, é acusada de não ter enfrentado de forma adequada a corrupção. Algumas autoridades, do primeiro escalão e próximas ao Presidente, foram acusadas de corrupção e de má gestão de recursos públicos, em especial das verbas dos Fundos Sociais de Itaipu, criado em 2005, da construção de Yaciretá e de estatais paraguaias, como a Petróleos Paraguayos (Petropar) (BRITTEZ; CABALLERO, 2010).

Entre os anos de 2003 e 2004, Brasil e Paraguai iniciaram a construção de uma nova etapa na relação bilateral. O marco principal foi a assinatura do convênio para a instalação de duas novas turbinas<sup>6</sup> em Itaipu Binacional (BRASIL, 2003a). Nessa ocasião, o Presidente Lula, em seu discurso, explicitou a intenção do Estado brasileiro em adotar uma política mais “compreensiva” com o país vizinho e a disposição do Estado brasileiro em auxiliar no desenvolvimento do “país vizinho” (BRASIL, 2003b).

Poucos meses após essa reunião Presidencial, os dois Chefes de Estado encontraram-se em Brasília para discutir termos dos projetos de cooperação bilateral. Novamente, o Presidente Lula, em uma declaração à imprensa, ressaltou o “novo momento” nas relações brasileiro-paraguaias e reafirmou que o Brasil não tinha pretensões hegemônicas na região.

[...] o protocolo que assinamos hoje é apenas mais uma etapa na boa e eficiente relação que Brasil e Paraguai precisam construir. O Brasil tem todo o interesse em dar a sua contribuição para que possamos, concomitantemente com o desenvolvimento brasileiro, ajudar o Paraguai a se desenvolver. Como a integração física é, na verdade, o eixo principal da nossa relação com sul-americana, [...] para que possamos construir a ponte, as estradas que o Paraguai precisa [...]

[...] o Brasil não quer ter nenhuma vocação hegemônica sobre qualquer país da América do Sul. O que nós queremos é construir uma parceria em que todos tenham igualdade de oportunidade para crescer, desenvolver-se e distribuir renda [...] (BRASIL, 2003c, p. 143).

Os primeiros acordos de cooperação técnica bilateral tiveram como foco a área social, com o desenvolvimento agrário (BRASIL, 2004a) e no tratamento de pacientes com AIDS (BRASIL, 2004a). É digno de nota o pacto assinado entre Brasil, Paraguai e a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, no qual os signatários se comprometeram a adotar uma série de medidas para fortalecer a democracia no Paraguai, em especial na área de automatização dos votos e no combate às fraudes eleitorais (BRASIL, 2004b, p. 256).

Dos principais acordos firmados entre os dois países nesse período, destacam-se alguns relacionados à energia e à responsabilidade so-

---

<sup>6</sup>Essas duas turbinas foram inauguradas em 2007, aumentando a potência instalada da usina de 12.600 MW para 14.000 MW.

cial de Itaipu, e à melhoria da infraestrutura e comunicação entre os dois países. Em setembro de 2003, Brasil e Paraguai assinavam protocolo de intenção em desenvolver o programa Bolsa-Escola no perímetro de atuação da Itaipu Binacional. No mês seguinte, os presidentes dos dois países assinaram um memorando para tratar da construção de uma segunda ponte entre os países sobre o Rio Paraná, que viria a ser concretizado em um acordo dois anos mais tarde (BRASIL, 2003c).

Em 2004, os dois Chefes de Estados tiveram uma nova reunião em Brasília. Em aproximadamente um ano, esse era o terceiro encontro, no qual as autoridades sentaram-se para discutir assuntos relativos a comércio bilateral, à infraestrutura, a condições de financiamentos e projetos de cooperação técnica (BRASIL, 2004b, p. 363).

Somente em 2005, Brasil e Paraguai trocaram notas nas quais incorporavam os conceitos de Responsabilidade Social e Ambiental ao Planejamento das Atividades de Itaipu Binacional, o qual ampliava o volume de verba destinada ao desenvolvimento sustentável das populações ribeirinhas do Rio Paraná. Os pactos passaram a compreender uma temática mais abrangente, como o financiamento de obras de infraestrutura (BRASIL, 2005a). Ambos os Estados assinaram um Memorando para a criação de um Grupo de Inteligência para o combate aos ilícitos transnacionais, como à pirataria e ao contrabando (BRASIL, 2005b).

Ao aceitarem incorporar a temática social e ambiental pela nota reversal nº 228, os sócios de Itaipu permitiram que os recursos da entidade binacional fossem utilizados para financiar “obras” e “projetos” econômico-sociais nos dois países. De acordo com Britez e Caballero (2010, p. 72), os chamados “Fundos Sociais de Itaipu” alimentaram a corrupção na administração Duarte Frutos.

Ariane Figueira (2010) registra que o governo brasileiro passou a vincular o financiamento às obras de infraestrutura e à execução de projetos técnicos ao combate ao contrabando e aos ilícitos transnacionais.

A temática sobre Itaipu sempre esteve presente nas relações entre os dois países desde sua assinatura. Assim, paralelamente, em 2005 foram firmados acordos para “atualização” do valor das bases financeiras do

Anexo C do Tratado de Itaipu, o que, na prática, significou um reajuste no valor pago pela energia cedida<sup>7</sup>.

Acordo referente à Atualização das Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, tenho a honra de propor a Vossa Excelência que o valor estabelecido no numeral III.8 do Anexo C do citado Tratado, ou seja, o montante necessário para a compensação a uma das Altas Partes Contratantes por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante, passe a ser multiplicado por 5,1 (cinco inteiros e um décimo), a partir de 1 de janeiro de 2006. (BRASIL, 2005c, p. 1).

O Anexo C, onde estão estabelecidas as diretrizes financeiras e os valores estipulados para a venda de energia, já foi reformulado com notas reversais por diversas vezes. Logo que a usina entrou em funcionamento, a primeira revisão do fator multiplicador do valor pago pela cessão de energia, que era de 3,5 em 1984 foi ajustado gradualmente até atingindo o fator 4,0 em 1992.

Nesse sentido, o acordo entre Lula e Frutos, de 2005, foi um passo importante para o entendimento entre os dois países. O aumento do valor pago pela cessão de energia era uma demanda antiga do Paraguai. Teve seu fator multiplicador ampliado de 4,0 para 5,1.

A partir do segundo semestre de 2006, Assunção e Brasília, ao decidirem estreitar os laços, iniciaram uma nova etapa nas relações bilaterais. Existe um expressivo aumento no número de acordos sobre as mais diversas áreas, desde a capacitação técnica na área de agronegócio paraguaio à criação de um banco de leite no Paraguai (ver tabela 1) (BRASIL, 2006a).

Tabela 1: Número de novos acordos celebrados entre o Brasil e o Paraguai

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
3	2	4	11	18	3	4	3	4	1	-

Fonte: DAI/MRE – Elaboração do autor

Dentre o grande número de acordos assinados em 2006, destacam-se os seguintes: o acordo, por troca de notas, o estabelecimento de um

<sup>7</sup> O Tratado de Itaipu (1973) estabelece que a energia produzida pela usina corresponde a metade para cada país. Aquele que possuir excedente de energia deverá obrigatoriamente vendê-la ao outro, recebendo um valor pela “cessão” de energia, além do valor do MW/h.

depósito franco no Porto de Rio Grande para facilitar o fluxo de comércio exterior paraguaio, em especial a exportação paraguaia de cereais a granel (BRASIL, 2006b); a implementação do projeto de desenvolvimento de técnicas de matérias primas de biocombustíveis no território paraguaio, o qual previa, entre outras coisas, a transferência de tecnologia do Brasil para o Paraguai, a capacitação de mão de obra paraguaia e, principalmente, a elaboração de novas políticas energéticas que *permitam a substituição de importações de petróleo e seus derivados, e ao mesmo tempo, sustentem as políticas ambientais vigentes...* (BRASIL, 2006b).

Durante a visita do chanceler brasileiro, Celso Amorim, nos dias 22 e 23 de novembro de 2006, os dois governos, além de assinarem uma série de convênios, destacaram, em um comunicado conjunto, a intenção de fortalecer as relações mútuas. Nessa oportunidade, Amorim enfatizou a intenção do governo brasileiro de integrar as cadeias produtivas dos dois países e de estimular o investimento externo brasileiro no território paraguaio. Para tanto, o representante do Palácio do Planalto anunciou a disposição de o Brasil financiar, via BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), a execução de obras, como a pavimentação da Ruta 10 na região de Alto Paraná, e a realização de projetos de cooperação técnica e educacional, a ser viabilizada por órgãos brasileiros, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (BRASIL, 2006b). Aliás, chama a atenção o grande número de órgãos federais envolvidos nos projetos de cooperação, que passam a abranger um grande número de áreas, de saúde animal a segurança e defesa.

Ainda nesse comunicado conjunto, os dois Estados sublinharam a revitalização de instrumentos de cooperação bilateral, como a Comissão Mista Cultural e Educacional e o Grupo de Trabalho Bilateral sobre Defesa. Além de fortalecer órgãos subnacionais de cooperação, como os Comitês de Fronteiras, que são compostos de funcionários municipais, estaduais e/ou departamentais, e autoridades federais de ambos os países.

Além das demandas tradicionais paraguaias (tais como, financiamento, cooperação técnica, entre outros), antigos pleitos brasileiros, como combate ao contrabando de armas de fogo e o aumento dos esforços para o controle e erradicação da febre aftosa na região de fronteira foram aten-

dados. Talvez, o maior exemplo tenha sido a assinatura do Memorando Brasil-Paraguai para o combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo, munições e materiais correlatos, o qual prevê medidas efetivas, tais como ações conjuntas, intercâmbio de informações, harmonização das legislações, entre outras (BRASIL, 2006b).

Em 2007, ambos os Estados aprofundaram os laços. Os dois presidentes assinaram o acordo para corrigir o fator de ajuste dos juros da dívida de Itaipu, por um novo indexador - que antes era indexada à inflação norte-americana (FOLHA DE S. PAULO, 2007). Aliás, muitas das iniciativas bilaterais, propostas nos anos anteriores, frutificaram, tais como na área de biocombustíveis. Brasil e Paraguai assinaram um memorando de entendimentos em 2007, pelos quais criam uma série de grupos de trabalhos na área e estabelecem um plano de ação conjunto (BRASIL, 2007b). Outro momento importante foi a inauguração das duas últimas turbinas de Itaipu Binacional (BRASIL, 2007a).

Em maio do mesmo ano, o Presidente Lula visitou o país vizinho e assinou uma série de pactos. Provavelmente, o mais importante seja o Acordo Quadro sobre Defesa. Dentre os objetivos principais, destacam-se os seguintes: o desenvolvimento de uma visão compartilhada de defesa; troca de experiências e informações, inclusive com a realização de cursos de treinamento e instrução militar; modernização dos sistemas de defesa, incluindo aquisição de equipamentos; entre outros (BRASIL, 2007c, p. 1-2).

O Memorando de entendimentos para a promoção do comércio e do investimento de 2007 é outro bom exemplo. Nesse documento, ambos Estados se comprometeram a realizar uma série de iniciativas, que foram desde a elaboração de detalhados estudos de mercado até a criação de linhas brasileiras de crédito específicas para o investimento externo direto, para a expansão dos fluxos de negócios (BRASIL, 2007d).

Ressalta-se também que o programa executivo de educação, firmado em 2007, estabelece uma gama de medidas para ampliação na cooperação educacional bilateral nos mais diversos níveis, desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu* (BRASIL, 2007e). Aliás, ainda no campo da Educação, o governo brasileiro iniciou a estruturação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) nesse mesmo ano. Essa

instituição de ensino superior oferece um ensino bilíngue (português e espanhol) e reserva metade das vagas de docentes e discentes para cidadãos oriundos dos demais países da América Latina (IMEA, 2009, p. 17).

No entanto, assuntos polêmicos, como os aspectos financeiros em torno de Itaipu Binacional, questões comerciais e a questão dos “brasiguaios”, também ocupavam um espaço importante na pauta política da agenda brasileiro-paraguaia. No caso de Itaipu, por exemplo, as autoridades do Palácio López reivindicaram uma renegociação dos termos do Tratado de Itaipu (1973). As autoridades brasileiras, apesar de afirmarem que compreendiam as razões das demandas paraguaias, não se comprometeram com nenhuma ação para atender aos anseios paraguaios. Lula, aliás, afirmou que os dois países não deveriam olhar para o passado, mas sim, para o futuro da integração (BRASIL, 2007e).

[...] um dia haverá tantas empresas produzindo produtos aqui neste país e Itaipu não será mais motivo de discussão entre nós. Estaremos discutindo quanto vamos investir para construir a hidrelétrica de Corpus ou quanto vamos gastar para investir em outras hidrelétricas, porque é o crescimento econômico que vai fazer um país necessitar de energia elétrica. (BRASIL, 2007e, p. 139).

Em 2008, deu-se a eleição de Fernando Lugo, candidato da Alianza Patriótica para el Cambio (APC), para a Presidência da República do Paraguai. Essa derrota colocou fim ao domínio do Partido Colorado no Executivo paraguaio. Considerado um *outsider* da política paraguaia, Lugo elegeu-se graças a uma ampla aliança política com movimentos sociais, sindicatos, entre outros membros da oposição política. Aproveitou ainda as profundas divisões entre as lideranças do Partido Colorado. Ademais, a candidatura do General Lino Oviedo pela UNACE (Unión Nacional de Ciudadanos Éticos) dividiu o eleitorado no interior do país, o que enfraqueceu, ainda mais, a base de apoio do Partido Colorado (BRITTEZ; CABALLERO, 2010; ESPOSITO NETO, 2012).

Desde a campanha, Lugo buscou colocar na agenda questões político-sociais polêmicas, como a reforma agrária e a renegociação dos termos de Itaipu, que tinham um profundo apelo social no Paraguai. Tais temas iam de encontro aos interesses brasileiros no Paraguai.



## **REPENSANDO AS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI NO PERÍODO LUGO-LULA/DILMA (2008-2012)**

Apesar da vitória de Lugo para a chefia do poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário continuaram a ser controlados por membros do Partido Colorado e seus aliados. Ademais, tão logo assumiu o poder, aliados políticos, como o Vice-presidente Frederico Franco, afastaram-se de Lugo e começaram a fazer-lhe ferrenha oposição política. Sem maioria parlamentar, o Executivo não conseguia fazer avançar a agenda de reformas (BRITTEZ; CABALLERO, 2010). Além disso, já existiam sinais de uma crise política em 2008. E por diversas vezes, os membros do Mercosul fizeram declarações de apoio ao governo Lugo e em prol da preservação da democracia paraguaia (BRASIL, 2008a).

Para não ver sua popularidade se esboroar, Lugo procurou então avançar nas renegociações dos termos do Tratado brasileiro-paraguaio de Itaipu, tema muito caro para opinião pública, capaz de fazer aflorar o nacionalismo paraguaio. Ademais, essa temática poderia trazer importantes “dividendos” econômicos e políticos imediatos (MENEZES, 2013).

Em relação à Itaipu, as principais demandas paraguaias, formuladas pelo Grupo Negociador, eram: a livre disponibilidade da energia, ou seja, o direito do Paraguai de vender energia para outros Estados; o aumento no pagamento da energia “cedida”; revisão da dívida de Itaipu; aumento da participação paraguaia na gestão da represa binacional; ampliação da fiscalização e da participação dos organismos de controles na gestão econômica de Itaipu; conclusão das obras restantes, previstas no Tratado de 1973 (CODAS, 2008; GAMÓN, 2009).

Logo após a divulgação dos resultados das eleições paraguaias, o Presidente Lugo emitia sinais contraditórios. De um lado, o presidente eleito endurecia o discurso reivindicatório (GLOBO, 2008). Por outro, admitia, em encontros reservados, que tentaria apenas a revisão de valores pagos pelo excedente de energia que o Paraguai é obrigado a vender para o Brasil, pois seria muito difícil alterar o Tratado sem a anuência do outro parceiro (GLOBO, 2008).

Em agosto de 2008, os diplomatas paraguaios apresentaram formalmente as suas reivindicações aos representantes brasileiros. O diplo-

mata Efraín Enríquez Gamón, chefe do grupo negociador paraguaio, e o Sr. Marco Aurélio Garcia, enviado especial da Presidência da República do Brasil, iniciaram um diálogo sobre a questão. Segundo Gamón (2009), os resultados do encontro foram muito além do esperado:

Con sorpresa y satisfacción para la delegación de los compatriotas, el enviado especial del Presidente Lula da Silva, Don Marco Aurélio Garcia, recogió con agrado, tanto el contenido del memorándum como los criterios orales desarrollados, y significó que ese encuentro abría no unaventana sino una gran puerta que nosconducía a un nuevo escenarioen donde se focalizarán las relaciones entre el Paraguay y el Brasil, y más allá del tema de Itaipu [...] (GAMÓN, 2009, p. 38).

A diplomacia brasileira, em especial o Ministro Celso Amorim, também adotou um discurso mais conciliador em relação ao pleito paraguaio. As autoridades do setor elétrico, no entanto, eram contrárias à abertura de quaisquer negociações com as autoridades paraguaias (CARDOSO, 2010, p. 156-157).

As mesas de negociação se iniciaram em setembro de 2008. Os negociadores de ambos os Estados tiveram uma série de encontros. Aliás, os Chefes de Estado do Brasil e do Paraguai conversaram, diversas vezes, sobre esta temática. A agenda paraguaia consistia em seis pontos principais:

1. “Libre disponibilidad” de La energia paraguaya de Itaipu, o sea, “soberanía energética”;
2. “Precio justo” de la energía paraguaya adquirida por Brasil;
3. Revisión de la deuda de Itaipú y supresión de su parte “espuria”;
4. Transparencia y control público de las cuentas de Itaipu;
5. Cogestión paritaria plena en las direcciones de Itaipu;
6. Realización de las obras faltantes. (CODAS, 2011, p. 96).

Consoante Gustavo Codas, a reivindicação paraguaia por um preço justo fazia parte do que previa a Ata do Iguazu de 1966, que faz parte do Tratado de Itaipu. No princípio das negociações, havia muita resistência do Itamaraty e por parte de setores do governo brasileiro. As declarações de Marco Aurélio Garcia de que não havia tema tabu entre os dois países deu início à maior abertura do lado brasileiro. Ademais, não

fosse a atitude pessoal do presidente Lula para convencer setores resistentes de seu próprio governo, dificilmente um acordo teria sido concretizado<sup>8</sup>.

Em 25 de julho de 2009, ambos os governos divulgaram uma nota intitulada “*Construindo uma nova etapa na relação bilateral*”. Nesse documento, ambos os governos aceitaram alterar a engenharia financeira, comercial e administrativa da Itaipu Binacional, a partir de uma “reinterpretação” do Tratado de 1973 e de seus anexos (ver quadro 1), feitas pelas notas reversais publicadas em setembro de 2009. Isso modificou a forma de remuneração da energia paraguaia “cedida” ao Brasil e permitiu a Ande (Administración Nacional de Eletricidad) comercializar a energia gerada por Itaipu diretamente no mercado elétrico brasileiro (BRASIL, 2009).

Ao longo do texto, os mandatários dos dois países reafirmaram a intenção de fortalecer os laços bilaterais de interdependência entre os dois povos e manifestaram a importância da solidariedade no processo de integração; reiteraram o compromisso com a integração energética para o desenvolvimento dos países; registraram a satisfação para submeter à aprovação congressual os novos valores a serem recebidos pelo Paraguai pela cessão de energia sobre a base de um fator de multiplicação de 15,3; reconheceram a conveniência de que a ANDE possa gradualmente comercializar energia no mercado brasileiro; instruíram que a Diretoria Executiva de Itaipu Binacional realizasse as obras de seccionamento da linha de transmissão da subestação da margem direita de Itaipu a Assunção; além de outros temas de cooperação entre os países (BRASIL, 2009). São elencados inúmeros temas e propostas de cooperação, que vão desde a situação dos imigrantes paraguaios no Brasil a promessas de obras e financiamento, passando pelo combate aos ilícitos transnacionais e construção de uma agenda política comum. Por fim, a declaração, em diversos momentos, reafirma que está em curso a construção de uma “nova aliança” entre ambos os Estados (BRASIL, 2009).

No dia 1 de setembro de 2009, ambos os Estados formalizaram os termos do acordo via notas reversais. Para Cardoso (2010), essa opção pelas notas reversais deu-se por interesse do Executivo brasileiro em não submeter o texto do acordo ao Poder Legislativo. O acordo previu os se-

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao autor no dia 22/10/2012, em São Paulo.

guintes itens: a) aumento de três vezes o valor pago pela cessão da energia paraguaia, de US\$ 2,8 para US\$ 8,4 MWh (aproximadamente), ou seja, o fator multiplicador do valor pago pela cessão de energia aumentaria de 5,1 para 15,3; b) liberdade para o Paraguai negociar com outras empresas brasileiras de energia além da Eletrobrás; c) a partir de 2023, o Paraguai poderá negociar a venda de seu excedente hidrelétrico a terceiros países; e d) a construção de uma linha de transmissão de Itaipu a Asunción, custeada pelo FOCEM. Tal linha somente foi concluída em outubro de 2013, quando a energia de Itaipu passou a estar integrada ao sistema nacional paraguaio (G1, 2013).

O tema foi apreciado pelo parlamento brasileiro. Somente em 2011, os acordos foram ratificados pelo Congresso do Brasil, o que atrasou a entrada em vigor dos acordos de julho de 2009, ocasionando certa irritação e um desapontamento nas autoridades paraguaias.

Como se percebe na tabela 2, os resultados finais foram benéficos ao Paraguai, em especial pela triplicação do valor pago pela compensação da cessão de energia ao Brasil, a permissão de a ANDE vender energia diretamente às empresas elétricas brasileiras e pela intenção brasileira de financiar, direta e indiretamente, um bilhão de dólares de investimentos no Paraguai no período de uma década. A principal obra é a construção da linha de transmissão de energia de 500 kV (quilovolts), que interliga Itaipu e Assunção, o que resolverá o grave problema de distribuição de energia no território paraguaio. Cogas (2011) afirmou que esse era um novo momento nas relações bilaterais.

Tabela 2: Resultados Econômicos das Negociações entre o Brasil e o Paraguai

CONCEITO	ATUAL	VALOR ADICIONAL	TOTAL ANUAL	VALOR TOTAL EM 10 ANOS	INVESTIMENTOS ADICIONAIS
1)Aumento da compensação por cessão da energia ao Brasil	US\$ 120 milhões/ano	US\$240 milhões/ano	US\$360 milhões/ano	US\$3.600 Milhões/ano	
2) Comercialização de energia paraguaia de Itaipu no Brasil inicial por 300MW Em 10 anos por 3.000MW	US\$20 milhões (rendimento líquido)	US\$20 Milhões/ano (rendimento líquido) US\$200 milhões/ano (rendimento líquido)	US\$200 milhões/ano (rendimento líquido)		
3) Comercialização de energia do Paraguai no Brasil (inicial)		US\$10 Milhões/ano (rendimento líquido)	US\$10 Milhões/ano (rendimento líquido)	US\$100 Milhões/ano (rendimento líquido)	
4)Comercialização de energia de aproveitamentos hidroelétricos de rios interiores do Paraguai (em 10 anos)		US\$50 Milhões/ano (rendimento líquido)	US\$50 Milhões/ano (rendimento líquido)	US\$500 Milhões/ano (rendimento líquido)	
5)Acordo operativo ANDE-ELETROBRAS-ITAIPU		US\$180 Milhões/ano	US\$180 Milhões/ano	US\$1.800 Milhões/ano	
6)Obras eletromecânicas Subestação margem direita Itaipu		US\$30 Milhões			US\$30 Milhões
7)Obras civis		US\$20 Milhões			US\$20 Milhões
8)Investimentos em obras de aproveitamentos hidroelétricos de rios interiores do Paraguai(10 anos)		US\$1.000 Milhões			US\$1.000 Milhões
9) Royalties	US\$245 Milhões/ano		US\$245 Milhões/Ano	US\$2.450 Milhões/Ano	
10) Ressarcimento	US\$19 Milhões/ano		US\$19 Milhões/Ano	US\$190 Milhões/Ano	
Total	US\$384 Milhões/ano		US\$874 Milhões/Ano	US\$8.840 Milhões/Ano	US\$1.050 Milhões/ano

Fonte: Diário Última Hora- 20.07.09, apud GAMÒN, 2009, p. 79 (texto traduzido e adaptado pelos autores).

Segundo Menezes (2013) e Cardoso (2010, p. 171), o governo brasileiro justificou o atendimento parcial das reivindicações paraguaias no acordo como um *trade off*, para obter a aceitação paraguaia de um projeto político maior do país para a América do Sul. Cardoso (2010, p. 168) relativizou os ganhos paraguaios, pois o Estado brasileiro não atendeu todas as demandas paraguaias. Cardoso (2010, p. 170-171) afirma que os custos da solução escolhida foram mais baixos do que quando comparados as custos das outras soluções. Ademais, os dois governos comprometeram-se a encontrar soluções para uma série de temas “espinhosos”, em especial a questão dos “brasiguaios”<sup>9</sup>.

A temática dos “brasiguaios” ganhou força na agenda política desse período (BRASIL, 2008, p. 248), em razão dos seguintes fatores: ao grave problema da concentração de terras no Paraguai, muitas das quais são fruto de “grilagem” de terras públicas; o debate sobre a reforma agrária, trazida à tona por movimentos sociais (como os “carperos”), ligados ao Presidente Lugo; ao crescimento exponencial do agronegócio no Paraguai, cujos principais empreendimentos foram capitaneados pelos brasileiros; a discussão da Lei nº 11.961 de 2009, que redefine o marco regulatório sobre a propriedade da terra. Entre os pontos polêmicos, está a imposição de restrições aos estrangeiros de possuírem propriedades nas proximidades das fronteiras paraguaias.

Diante desse cenário, o governo brasileiro reestruturou sua política consular para atender as inúmeras demandas e defender os interesses dos cidadãos brasileiros, afetados pela crescente tensão no interior do Paraguai (VIANA; PIERI, 2009, p. 35). A temática foi parcialmente resolvida por um “acordo tácito” entre as autoridades dos dois países, o que causou um desgaste nas bases de apoio de Lugo (RICHER, 2012, p. 4). A questão agrária paraguaia, no entanto, continua um problema em aberto.

Ao largo desses problemas, ocorreu uma ampliação das relações comerciais entre os dois países e nos investimentos brasileiros em território paraguaio (ver tabelas 3, 4 e 5). Empresas brasileiras, como a TAM, o Itaú e a Petrobrás, passaram a ter uma presença significativa na economia paraguaia (ÚLTIMA HORA, 2012).

---

<sup>9</sup> O termo “brasiguai” é utilizado para designar cidadãos brasileiros residentes no Paraguai.

O Brasil tornou-se o segundo maior investidor no Paraguai, atrás, apenas, dos Estados Unidos. As causas da expansão desses investimentos são: custos tributários e laborais reduzidos pelo Regime de Maquilas do Paraguai (Lei nº1094/97); custo baixo de eletricidade; proximidade de alguns polos consumidores do Cone Sul; entre outros. Segundo a CEPAL (2013), os custos de produção das maquilas paraguaias são até 30% menores do que das indústrias brasileiras. Esses investimentos se centram nos setores intensivos em mão de obra e/ou em energia, tais como couro e calçados, têxtil e confecção e químico e plásticos (CÉSAR, 2012).

Tabela 3: Evolução do investimento externo brasileiro no Paraguai (em milhões de dólares)

2007	2008	2009	2010	2011	2012
117	153	170	262	350	-

Fonte: CÉSAR (2012) adaptado pelo autor

Como se percebe na tabela 4, as empresas brasileiras constituem um dos principais vetores do crescimento paraguaio e passaram a controlar grandes parcelas de importantes setores econômicos desse país.

Tabela 4: Participação de capital brasileiro na economia paraguaia

Empresa	Fatia de mercado no Paraguai (% aproximada)
TAM	60%
Ambev / Imbev	85%
Frigoríficos (JBS, Marfrig, outros)	67%
Petrobrás	21%
Produção e Exportação de soja	65%
ITAU	20%

Fonte: Última Hora, 2012.

A corrente de comércio oficial entre Brasil e Paraguai cresceu mais de 380% neste período. Ademais, o saldo comercial é amplamente favorável ao Brasil, com um superávit comercial de aproximadamente USD 1,6 bilhões de dólares. Ressalva-se que esses números não consideram o “turismo de compras” praticado por cidadãos brasileiros no Paraguai. Aliás, esse fluxo se intensificou nos últimos anos pela ampliação da cota de importa-

ção brasileira (para até R\$ 110.000,00/ por ano) para pessoas jurídicas e pela aprovação da lei dos “microimportadores” (Lei 11989/2009).

Tabela 5: Evolução da balança comercial

<b>Ano</b>	<b>Exportações do Brasil para o Paraguai (USD FOB) (A)</b>	<b>Importações do Brasil oriundas do Paraguai (USD FOB) (B)</b>	<b>Saldo (A-B)</b>
2002	559.625.414	383.087.752	942.713.166
2003	708.750.484	474.750.083	1.183.500.567
2004	873.352.694	297.825.436	1.171.178.130
2005	962.720.724	318.935.985	1.281.656.709
2006	1.233.638.638	295.899.121	1.529.537.759
2007	1.648.191.224	434.120.360	2.082.311.584
2008	2.487.561.397	657.517.295	3.145.078.692
2009	1.683.902.379	585.440.640	2.269.343.019
2010	2.547.907.945	611.400.544	3.159.308.489
2011	2.968.573.383	715.890.466	3.684.463.849
2012	2.617.509.020	987.564.540	3.605.073.560

Fonte: SECEX/MDIC (2013)

Além dos aspectos econômico-comerciais, os governos brasileiro e paraguaio assinaram alguns projetos de cooperação bilateral, cujos principais foram o projeto de auxílio no combate à corrupção e de fortalecimento de mecanismos de controle da administração pública (BRASIL, 2010) e o projeto de cooperação na área de segurança pública e combate ao tráfico de entorpecentes (BRASIL, 2011).

De acordo com Sennes (2012), a despeito dos progressos na relação bilateral, existiu um descompasso entre as promessas (investimentos, os financiamentos, as obras, entre outros) feitas pelos representantes brasileiros - amplamente alardeadas pelas autoridades paraguaias nos primeiros anos da administração Fernando Lugo – e a concretização das mesmas. Sennes (2012) não descreve os seus motivos desse descompasso.



## A QUEDA DE LUGO E UM “NOVO” IMPASSE NAS RELAÇÕES BRASILEIRO-PARAGUAIAS

Desde o início de seu governo, Fernando Lugo enfrentou uma ferrenha oposição, em especial dos membros do Partido Colorado e de algumas lideranças do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), que criaram inúmeros entraves no Congresso às propostas reformistas do Executivo (GARCIA, 2013, p. 11).

As inúmeras promessas não cumpridas, como a realização de uma ampla reforma agrária, a criação de um canal de diálogo permanente com os movimentos sociais e o combate intransigente à corrupção, e os parcos resultados das políticas públicas, em especial dos programas sociais, dilapidaram a base de sustentação do governo.

A divulgação do envolvimento de Fernando Lugo em inúmeros escândalos sexuais também ajudou a erodir a credibilidade e a popularidade do Presidente perante a opinião pública. Ademais, o mandatário paraguaio, em virtude de um câncer, perdeu muito de sua vitalidade e, por conseguinte, a capacidade de responder às críticas.

A gota d'água foi o “massacre” de *Curuguaty*, em que as forças estatais de segurança e sem-terras paraguaios, também conhecidos como *carperos*, se enfrentaram com a 17 mortes pessoas (7 de militares e 10 de sem-terra). A Presidência foi inábil em lidar com a questão. Lugo conseguiu a proeza de desagradar profundamente tanto os seus aliados, os movimentos sociais de “esquerda”, quanto os grandes agricultores e membros da elite política e econômica paraguaia, que o acusavam de promover a “insegurança jurídica” e a “partidarização” das instituições públicas (ESPÓSITO NETO, 2012; RICHER, 2012).

O Congresso levou a cabo um polêmico processo de *impeachment* do Presidente com base em uma interpretação muito “singular” da Constituição. Em pouquíssimos dias, o julgamento político foi levado a cabo. O poder legislativo cassou o mandato de Fernando Lugo. Em seu lugar, Frederico Franco, então Vice-presidente do Paraguai e um dos mais obstinados opositores de Lugo, tomou posse como Presidente da República. Esse episódio político é considerado por muitos como “Golpe Parlamentar” (CODAS, 2012; GARCIA, 2013).

Outros refutam essa assertiva, afirmam que não houve “Golpe”, apenas uma destituição, ocorrida dentro das regras legais (DORATIOTO, 2013; FERREIRA, 2013; LAFER, 2013). Afinal, a Suprema Corte do Paraguai manteve a decisão do Congresso. Ademais, nenhuma restrição às liberdades civis. Tampouco os partidários de Lugo foram às ruas protestar contra tal decisão. Por fim, as autoridades paraguaias mantiveram o calendário eleitoral e as eleições transcorreram tranquilamente.

Surpreendido, o Brasil condenou o *impeachment* por considerá-lo um “rito sumário”, pois na visão brasileira, Lugo teve o direito de ampla defesa e do contraditório negado pelo Congresso do Paraguai. O país apoiou a imposição de sanções políticas ao Paraguai no âmbito do Mercosul e da Unasul, cuja base legal foi os Protocolos de Ushuaia (1998) e Ushuaia 2 (2011). Não apoiou, no entanto, o estabelecimento de sanções econômicas. Tampouco cortou investimentos e financiamentos de projetos de cooperação, previstos ou em andamento<sup>10</sup> (ESPÓSITO NETO, 2012).

Apesar do esforço da diplomacia brasileira, o polêmico *impeachment* de Lugo e a suspensão do Paraguai do Mercosul e da Unasul impac-taram negativamente a economia paraguaia, pois a iniciativa privada, em especial o empresariado brasileiro, adiou as decisões de negócios à espera de um cenário político-institucional mais bem delineado (OESP, 2013).

É provável que o acontecimento mais polêmico desse episódio tenha sido a entrada da Venezuela no Mercosul, feita à revelia do Paraguai, que se encontrava suspenso do bloco. Isso provocou um profundo mal-estar nas relações brasileiro-paraguaias, pois a elite política paraguaia considerou o episódio uma afronta à soberania paraguaia (LAFER, 2013).

Não obstante, o Itamaraty acompanhou atentamente as eleições presidenciais paraguaias de 2013. Os representantes brasileiros atuaram nos bastidores e mantiveram os canais de comunicação abertos com as autoridades paraguaias para o retorno dos entendimentos (ESPÓSITO NETO, 2013).

<sup>10</sup> A construção da linha de transmissão de 500kv ligando Itaipu à Villa Hayes, financiada pelo FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul), em acordo firmado com o Brasil, não foi paralisada. A obra ficou pronta em outubro de 2013.

Horácio Cartes, presidente eleito do Paraguai, já sinalizou que deseja uma reaproximação política com o Brasil. Aventou a hipótese do retorno do país às instituições multilaterais regionais. No entanto, a aceitação da adesão, como membro permanente da Venezuela ao Mercosul, continua a ser objeto de celeuma. A opinião pública paraguaia continua ressentida e com o “orgulho nacional” ferido. As elites políticas locais utilizam esse episódio para reforçar a imagem do Paraguai como “vítima” recorrente dos seus vizinhos, em especial do “imperialismo brasileiro” e de uma “nova” Tríplice Aliança.

Entre as lideranças locais, cresceu a percepção de que é necessário expandir os horizontes da política externa paraguaia e, com isso, reduzir a influência brasileira no país. Isso explica a aproximação política entre o Paraguai e os Estados-membros da “Aliança para o Pacífico”.

As autoridades do Palácio López pretendem utilizar esse nacionalismo aflorado para recolocar a renegociação do Tratado de Itaipu na agenda brasileiro-paraguaia. Para tanto, encomendaram ao eminente economista Jeffrey Sachs um estudo técnico sobre a dívida de Itaipu, em especial sobre os termos e o pagamento dos empréstimos do empreendimento. As autoridades paraguaias afirmam, de antemão, que a dívida do Paraguai com o Brasil já foi quitada. Portanto, seria o momento de antecipar a renegociação dos termos do Tratado de Itaipu (1973), o qual está previsto para 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2003 e 2012, existiu uma mudança na condução e na pauta da política exterior do Brasil, com a redefinição de eixos, de prioridades e a inclusão de novas temáticas, em especial as questões sociais – tais como, o combate à fome e a redução das desigualdades.

A América do Sul, neste contexto, passou a ser um lócus privilegiado da ação diplomática brasileira. O Itamaraty procurou construir as bases, materiais e imateriais, de uma liderança regional, cujo objetivo era projetar o Estado brasileiro, e, por conseguinte, o continente sul-americano na arena internacional. Para tanto, o Palácio do Planalto optou pela via bilateral, com vistas a aproveitar as assimetrias de poder entre o país e os seus vizinhos. O Brasil, no entanto, foi obrigado a enfrentar inúmeros problemas espinhosos,

como a nacionalização do gás na Bolívia. Os êxitos e os insucessos são alvos de acaloradas discussões na política, na economia, e na academia.

A relação bilateral entre o Brasil e o Paraguai é um caso emblemático, pois explicita as possibilidades e os limites dessa nova estratégia internacional brasileira. Por um lado, o perfil desse relacionamento alterou-se com um notório estreitamento de laços político-econômicos, cujos resultados mais visíveis são a expansão da corrente de comércio entre os dois Estados e um sensível aumento da presença econômica brasileira no país vizinho. Ademais, as autoridades do Palácio do Planalto e do Palácio de Lopez firmaram inúmeros projetos de cooperação técnica e financeira, que abarcam uma temática diversa e complexa. O Paraguai, aliás, se tornou um dos maiores receptores da ajuda internacional brasileira. Isso demonstra que, apesar de não possuir “excedentes de poder”, o Brasil pôde ter um papel central no continente sul-americano.

De outro lado, questões polêmicas, como a renegociação do Tratado de Itaipu e a situação dos “brasiguaios”, e problemas político-institucionais, como o controverso *impeachment* de Lugo, reabriram “feridas” históricas e realimentam antigas desconfianças, reforçando velhos estereótipos, como o do imperialismo brasileiro. Essas imagens não contribuem em nada para o fortalecimento das relações bilaterais e na integração regional. Também é digno de nota que existe uma relutância de diversos setores da sociedade brasileira em arcar com os custos da execução de uma “agenda positiva”, a qual seria capaz de conciliar a promoção dos interesses brasileiros com o subsídio ao desenvolvimento dos países vizinhos e o respeito aos seus interesses e as suas singularidades sociopolíticas.

Sublinha-se que as primeiras declarações brasileiras sobre a construção de uma “parceria estratégica” entre os dois países ocorreram no governo Nicanor Duarte Frutos, bem antes da eleição de Fernando Lugo. Isso demonstra que, a despeito de afinidades ideológicas entre os governantes, os aspectos materiais tiveram um importante papel nas relações brasileiro-paraguaias. As relações brasileiro-paraguaias se adensaram e se tornaram muito complexas e dinâmicas.

Por fim, está claro que o Brasil não pode, e nem deve, dar as costas ao continente sul-americano, pois o (in)sucesso do futuro do país

estará, em grande medida, relacionado à sua capacidade de defender os seus interesses e de lidar com os problemas na região. Ao compreender isso, o Brasil dará um enorme passo rumo a um futuro melhor.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 47, n. 1, p. 163-184, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Políticas de integração regional no governo Lula. *Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB*, v. 2, n. 1, p. 20-54, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Pensamento e ação da diplomacia de Lula: uma visão crítica. *Revista Política Externa*, v. 19, n. 2, p. 27-40, set./nov. 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Continuidade e mudança na política externa brasileira. *Mundorama*, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/04/01/continuidade-e-mudanca-na-politica-externa-brasileira-por-paulo-roberto-de-almeida/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação. *Política Externa* (USP), São Paulo, v. 20, n. 3, p. 95-114, 2012.

AMORIM, Celso. A política externa brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 53, p. 214-240, 2010. Número especial.

AMORIM, Celso. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.

ARRAES, Virgílio Caixeta . O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos Moraes. (Org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 7-14.

BANDEIRA, Luiz A. M. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília, DF: FUNAG, 2009.

BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias estratégicas nas relações internacionais: uma análise conceitual. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos Moraes (Org.). *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 37-69.

BRITTEZ, Edwin; CABALLERO, Javier Numan. *El Paraguay actual (1998-2010)*. Assunción, Paraguay: Ed. El Lector 2010.

BUENO, Clodoaldo. O entorno geográfico na diplomacia brasileira dos séculos XX/XXI. *Revista Política Externa*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 41-54, set./nov. 2010.

CANESE, Ricardo. A recuperação da soberania hidrelétrica do Paraguai. In: CODAS, Gustavo. *O direito do Paraguai à soberania: a questão da energia hidrelétrica*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-142.

CARDOSO, Guilherme Rios. *A energia dos vizinhos: uma análise da política externa do governo Lula na “nacionalização” do gás boliviano e nas alterações do Tratado de Itaipu*. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

CEPAL. ONU. *Estudio sobre el desarrollo inclusivo del Paraguay: experiencias de una cooperación internacional*. Santiago, Chile, 2013.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. Política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 273-335, 2007

CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005) In: OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 15-34.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CÉSAR, Gustavo R. C. *La Inversión Brasileña Directa en Paraguay: características, motivaciones y perspectivas*. Paraguay: OBEI, CADEP, 2012.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CODAS, Gustavo. O direito *do Paraguai à soberania: a questão da energia hidrelétrica*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CODAS, Gustavo. El Acuerdo Lugo-Lula de 25 de julio de 2009. In: ITAMARATY. *IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos: textos académicos*. Brasília, DF: FUNAG, 2011. p. 95-114.

CODAS, Gustavo. Paraguai, 22 de junho de 2012: um golpe contra a integração sul-americana. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 107, 2012. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/paraguai-22-de-junho-de-2012-um-golpe-contra-integracao-sul-americana?page=full>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

CORDEIRO, Rui Mesquita. De receptor a doador: os desafios da cooperação para o desenvolvimento na política externa brasileira sob a ótica da relação estado/sociedade civil. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, MS*, v. 1, n. 2 (1), p. 140-163, jul./dez. 2012.

DORATIOTO, Francisco. O que houve no Paraguai foi ruptura política e não golpe. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/52023-o-que-houve-no-paraguai-foi-ruptura-politica-e-nao-golpe.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. As relações brasileiro-paraguaias na era pós-lugo: uma análise prospectiva. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 3, p. 17-33, 2012.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. As eleições gerais no Paraguai e suas implicações internacionais. *Mundorama*, Brasília, DF, v. 68, 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/04/18/as-eleicoes-gerais-no-paraguai-e-suas-implicacoes-internacionais-por-tomaz-esposito-neto/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FARIAS, Rogério de Souza. Parcerias estratégicas: marco conceitual. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos Moraes (Org.). *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. v. 1.

FERREIRA, Oliveiros S. *Brasil: hegemonia e império*. Disponível em: <<http://www.oliveiros.com.br/brasil-hegemonia-e-imperio-10/>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

FIGUEIRA, Ariane R. Relações diplomáticas Brasil-Paraguai e o problema do crime organizado transfronteiriço. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, DF, n. 118, p. 30-32, maio 2010.

GAMÓN, Efraín Enríquez. *En una nueva dimensión histórica: breve resumen de una gestión patriótica*. Assunción, Paraguay: Arandurá Editorial. 2009.

GARCIA, Marco Aurélio. A opção sul-americana. *Interesse Nacional*, São Paulo, ano 1, n. 1, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/a-opcao-sul-americana/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

GARCIA, Marco Aurélio. Paraguai, Brasil e o Mercosul. *Revista Política Externa*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 9-17, jan./mar. 2013.

GUIMARAES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O mundo multipolar e a integração sul-americana. *Revista Comunicação & Política*, v. 25, n. 3, p. 169-189, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Agência Brasileira de Cooperação. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009*. Brasília, DF, 2010.

INSTITUTO MERCOSUL DE ESTUDOS AVANÇADOS (IMEA). Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *A UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina*. Foz do Iguaçu, 2009.

LAFER, Celso. Descaminhos do Mercosul – a suspensão do Paraguai do Mercosul e a incorporação da Venezuela no Mercosul: uma avaliação crítica da posição brasileira. *Revista Política Externa*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 19-27, jan./mar. 2013.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Agenda para a política externa no Governo Dilma. *Interesse Nacional*, São Paulo, ano 4, n. 13, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/agenda-para-a-politica-externa-no-governo-dilma/>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 53, p. 115-131, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da Cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005a.

LIMA, Maria Regina Soares de. Autonomia, não indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, v. 83, p. 16-20, abr./jun. 2005b.

MALLMANN, Maria Izabel. Desafios à política de integração do Brasil. In: SARTI, Ingrid et al. *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. Rio de Janeiro: PerSe, 2013. p. 363-370.

MARIANO, Marcelo; RAMAZINI JR., Haroldo. Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir da atuação da política externa brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 23-41, out. 2012.

MATTLI, Walter. *The logical of regional integration*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MENEZES, Roberto Goulart . Crise na integração sul-americana: o governo Lula da Silva e os casos de Itaipu e do gás boliviano. In: SALATINI, R.; PRADO, H. (Org.). *Pacifismo e cooperação nas relações internacionais: teoria e prática*. Dourados: UFGD, 2013. p. 125-150.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *As grandes linhas da política externa brasileira*. Brasília, DF: CEPAL, IPEA, 2011.



PATRIOTA, Antônio. Diplomacia não é publicidade. *Isto É*, 20 jul. 2012. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/223010\\_DIPLOMACIA+NAO+E+PUBLICIDADE+>](http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/223010_DIPLOMACIA+NAO+E+PUBLICIDADE+>)>. Acesso em: 22 jul. 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008.

PENNA FILHO, Pio. Estratégias de desenvolvimento social e combate à pobreza no Brasil. In: LESSA, Antonio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos (Org.). *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

RICHER, Hugo. Seis preguntas y seis respuestas sobre la crisis paraguaya. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 241, p. 4-10, set./oct. 2012.

RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). *Novos Estudos*, São Paulo, n. 87, p. 35-58, jul. 2010.

SARAIVA, Miriam G.; VALENÇA, Marcelo M. *A política externa brasileira e sua projeção regional: um projeto caracterizado pela continuidade*. 2011. Disponível em: <[http://www.cebri.org/midia/documentos/a\\_politica\\_externa\\_brasileira\\_final.pdf](http://www.cebri.org/midia/documentos/a_politica_externa_brasileira_final.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SEITENFUS, Ricardo. Líder solidário ou potência egoísta? Os dilemas do Brasil frente ao Novo Paraguai. *Interesse Nacional*, São Paulo, v. 1, p. 47-55, 2008.

SENNES, Ricardo Ubiraci. Brasil, Paraguai e as questões regionais recentes. *Interesse Nacional*, São Paulo, v. 5, n. 19, p. 60-70, 2012.

SILVA, André Luiz Reis da. As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000-2010). *Boletim Meridiano 47*, Brasília, DF, v. 120, p. 1-10, 2010.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. *Eu sou da América do Sul*. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Corruption perception index. Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2012/results>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

VIANA, Suhayla M. K.; PIERI, Vitor S. G. Os acordos migratórios no Mercosul e os brasiguaios: solução para o problema?. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, DF, v. 109, p. 33-36, 2009.

**DOCUMENTOS CONSULTADOS**

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim na Sessão Solene no Centro Paraguaio de Estudos Internacionais Paraguai, em Assunção, em 7 de abril de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 92, 2003a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio da Silva na assinatura do convênio entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, em 16 de agosto de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 93, 2003b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração à imprensa feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio da Silva na assinatura do convênio entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, em 14 de outubro de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 93, 2003c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para Automatização do Voto na República Do Paraguai. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 95, 2004a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Visita ao Brasil do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos (Brasília, 26 de agosto de 2004). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 95, 2004b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a construção de uma segunda ponte internacional sobre o Rio Paraná, Montevideu, 08 de dezembro de 2005a. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_232](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_232)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento para o estabelecimento de um grupo bilateral de inteligência Brasil-Paraguai na esfera da pirataria, da falsificados e do contrabando de produtos pirateados e falsificados, Assunção, Paraguai, 20 de junho de 2005b. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_102](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_102)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo, por Notas, referente à Atualização das Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu. Montevideu, 08 de dezembro de 2005c. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_233](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_233)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai: Palavras iniciais do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em conferência de impen-

sa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Rúben Ramíres, Assunção, Paraguai, 23 de novembro de 2006. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 99, 2006a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai (23 de novembro de 2006). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 99, 2006b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Aspectos Técnicos e Financeiros Relacionados à Itaipu Binacional (19 de janeiro de 2007). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, n. 100, 2007a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após assinatura de Atos e imposição de condecorações entre o Governo brasileiro e o Governo do Paraguai, Assunção, 21 de maio de 2007. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 100, 2007b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 100, 2007c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 100, 2007d.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Assunção, Paraguai - Declaração Conjunta. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 100, 2007e.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Apoio à institucionalidade democrática no Paraguai (02/09/2008). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 103, 2008a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comunidades brasileiras no Paraguai (22/10/2008). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 103, 2008b.

BRASIL-PARAGUAI. Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai. Construindo uma nova etapa na relação bilateral. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, DF, n. 105, 2009.

**NOTÍCIAS CONSULTADAS**

BARBOSA, Rubens. Paraguai parceiro estratégico. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,paraguai-parceiro--estrategico-,1063392,0.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BRASIL e Paraguai assinam acordo para reduzir dívida de Itaipu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88803.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

BRASIL propõe “New Deal” para os sócios menores. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1706200616.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

GUERREIRO, Gabriela. Senado revê acordo, Paraguai ganhará mais por Itaipu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 maio 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1205201108.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

LAS EMPRESAS brasileñas en Paraguay. *Ultima Hora*. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

LULA nega, mas Amorim admite renegociar o Tratado de Itaipu. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 abr. 2008. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/ofiltro/2008/04/22/465/>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

SEGHATTI, Cassiane. Linha de transmissão entre Itaipu e Assunção começa a operar. *G1*, 6 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/10/linha-de-transmissao-entre-itaipu-e-assuncao-comeca-operar.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

**SITES CONSULTADOS**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <[www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)>. Acesso em: ago. 2013.